



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
DIRETORIA DE ARTICULAÇÃO E EXPANSÃO DAS REDES DE EPT
COORDENAÇÃO-GERAL DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E TECNOLOGIAS
EDUCACIONAIS
REDE E-TEC BRASIL

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO

ESPECIALIZAÇÃO EM DOCÊNCIA PARA
A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA

MODALIDADE EaD

Brasília, maio de 2019



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

SUMÁRIO

1. DADOS GERAIS.....	3
1.1. Proponente:.....	3
1.2. Equipe de Colaboradores.....	3
1.3. Identificação do curso:.....	5
1.4. Oferta do curso:.....	5
2. CONTEXTUALIZAÇÃO SOBRE A OFERTA DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO PARA FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA.	6
2.1 Do Campus.....	8
3. PRINCÍPIOS FORMATIVOS.....	11
4. PÚBLICO-ALVO	18
5. JUSTIFICATIVA.....	18
6. FINALIDADES E OBJETIVOS DO CURSO.....	24
7. OBJETIVOS.....	25
8. REQUISITOS E FORMA DE ACESSO.....	27
8.1. Requisito	27
8.2. Forma de acesso.....	27
9. CRITÉRIOS DE DISTRIBUIÇÃO DAS VAGAS E DE CLASSIFICAÇÃO.....	27
9.1. Critérios de distribuição de vagas.....	27
9.2. Critérios de Classificação	28
10. PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO	29
11. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	31
11.1. Proposta Pedagógica	32
11.2. Duração e Carga Horária:	35
11.3. Estrutura Curricular	35
11.4. Codificação dos componentes curriculares	37
11.5. Fluxo operacional dos componentes curriculares.....	38



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

12. DISCIPLINAS, EMENTAS E BIBLIOGRAFIAS	39
13. Prática Profissional	53
14. Acompanhamento e Avaliação do Currículo	53
14.1. Avaliação da Aprendizagem	54
14.2. Avaliação Curricular	57
15. PROJETO INTEGRADOR: TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO.....	57
16. CORPO DOCENTE	59
17. ENCONTROS PRESENCIAIS	60
18. PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DO MATERIAL DIDÁTICO	61
19. CERTIFICAÇÃO	61
20. REFERÊNCIAS	63



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

1. DADOS GERAIS

1.1. Proponente:

CNPJ	00.394.445/0532-13
Razão Social:	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Nome de Fantasia	SETEC/MEC
Esfera Administrativa	Federal
Endereço (Rua, No)	Esplanada dos Ministérios, Bloco L, 4º Andar – Edifício Sede. Asa Norte
Cidade/UF	Brasília/DF
CEP	70047-900
Telefone	(61) 2022-8684 (61) 2022-8582
E-mail de contato	gabinetesetec@mec.gov.br
Site da unidade	http://portal.mec.gov.br/setec-secretaria-de-educacao-profissional-e-tecnologica

1.2. Equipe de Colaboradores

A Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC/MEC) por meio da Portaria nº 26, de 15 de junho de 2018) instituiu o Grupo de Trabalho listados a seguir.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

- Maria das Graças Costa Nery da Silva

Coordenadora-Geral de Educação a Distância e Tecnologias Educacionais da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação;

- Rute Nogueira de Moraes Bicalho

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília;

- Carlos Alberto dos Santos Bezerra

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará;

- Mariana Biancucci Apolinário Barbosa

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo;

- Daniella de Souza Bezerra

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás;

- Andreza Silva Cordeiro

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco;

- Aline Pinto Amorim

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro;

- Anabela Aparecida Silva Barbosa

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia;

- Luis Otoni Meireles Ribeiro

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense;

- Lamara Fábria da Silva

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

1.3. Identificação do curso:

Denominação do curso	Especialização em Docência para Educação Profissional e Tecnológica
Carga Horária	405 horas
Modalidade Educacional	Educação a Distância, pelo Programa Universidade Aberta do Brasil – UAB
Área de conhecimento	Educação
Código CAPES	70800006

1.4. Oferta do curso:

Número de alunos do IFB	240
Quantidade de alunos por polo	40
Quantidade de polos	6



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

2. CONTEXTUALIZAÇÃO SOBRE A OFERTA DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO PARA FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA.

Nos últimos anos, a educação profissional se destaca na discussão e formulação de políticas públicas no País. No documento produzido pelo Ministério da Educação (MEC), no ano de 2004, denominado “Políticas Públicas para a Educação Profissional”, a formação docente consta como uma das prioridades, constituindo-se um direito e como uma condição para a expansão qualitativa e quantitativa do ensino técnico-profissional no Brasil.

A proposta de oferta em âmbito nacional desse curso vem ao encontro dessas políticas públicas que tem como meta atender a crescente demanda surgida a partir da expansão do técnico-profissional no país, bem como contribuir para o fortalecimento de ações voltadas à formação inicial e continuada dos profissionais do magistério da educação profissional e tecnológica. Para atendimento a essa expansão, várias ações foram realizadas para a formação dos professores. No entanto, as discussões e políticas mais efetivas só aconteceram nos últimos anos, proporcionando ofertas de cursos de licenciaturas para os professores com formação técnica com título de Bacharel e Tecnólogo. Portanto, proporcionar curso de pós-graduação lato sensu a esses professores é de suma importância para a expansão de conhecimentos pedagógicos sobre a docência, tornando-os especialistas na área.

Além disso, as exigências atuais por um novo perfil de formação profissional demandam um currículo que integre as tecnologias, ciências e formação humana. Conseqüentemente, são exigidas novas concepções para formação docente, na qual a concepção de trabalho como princípio educativo seja



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

central e contribua para a compreensão do professor sobre a intervenção humana no mundo físico e social, e suas contradições.

Com base nesses pressupostos, o curso de Especialização em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) contribuirá para o desenvolvimento profissional do professor da educação profissional. Ademais, esta proposta visa desenvolver um processo formativo que dê conta não apenas da exigência legal de formação pedagógica para os professores sem licenciatura, conforme é apontado no art. 40 da Resolução CNE/CEB nº 6/2012, mas que contribua para a atualização acerca das demandas postas para a Educação Profissional na contemporaneidade. Para tanto, faz-se necessária uma atualização do debate pedagógico envolvendo a produção do conhecimento acerca da EPT, assegurada pela contextualização, reflexão e práticas pedagógicas sobre a docência nessa modalidade de ensino, no qual estarão presentes, também, ações que fortaleçam o elo entre ensino-pesquisa-extensão, no âmbito da integração entre ciências, tecnologias e cultura, tomando como referências as diversas configurações de cada realidade institucional.

Este projeto foi proposto pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) em articulação com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), por meio da chamada pública (Edital nº 05/2018) para articulação de cursos superiores na modalidade EaD no âmbito do Programa Universidade Aberta do Brasil – UAB.

A SETEC tendo como objetivo atender ao artigo 206 da Constituição Federal em seus incisos V e VII, aos artigos 61 e 62 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394/1996), e as Metas 15, 16, 17 e 18 do Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024), que tratam sobre os profissionais da educação básica, buscou parceria com a CAPES/UAB e Institutos Federais, estes responsáveis pelo planejamento e operacionalização da oferta. Participaram da construção deste PPC 8 Institutos Federais. O IFB foi um dos parceiros, que



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

encontrou no *campus* Samambaia justificativa política e estratégica para o desenvolver o projeto.

2.1 Do Campus

O *campus* do Instituto Federal de Brasília, localizado na Região Administrativa de Samambaia, iniciou suas atividades em 2010.

A Região Administrativa de Samambaia, cujo nome deve-se ao córrego Samambaia, foi oficialmente criada em 1989 e compreende área urbana e rural. A população urbana estimada de Samambaia é de 220.806 habitantes, segundo dados da pesquisa distrital por amostra de domicílios (PDAD 2013)¹.

A vocação do *campus* Samambaia e de sua área de influência foi definida com base em dados socioeconômicos, estratificados por região, fornecidos pela CODEPLAN, bem como por consultas ao Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Federação das Indústrias do Distrito Federal (FIBRA) e sindicatos. As informações obtidas no que diz respeito às atividades econômicas mais presentes na região somaram-se à consulta pública realizada no primeiro semestre de 2009, por meio da qual se identificou a demanda da população por cursos nas áreas de meio ambiente, segurança do trabalho, móveis e construção civil.

Logo após a consulta pública, iniciaram-se tratativas com o governo local para o funcionamento provisório do *campus*, tendo sido realizado o seminário “Desafios e metas do Campus Samambaia”, em março de 2010. O seminário contou com a participação de 131 pessoas e deliberou pela oferta dos cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores (FIC), nas especialidades pedreiro,

¹Para ter acesso a informações socioeconômicas acerca dos residentes da região administrativa de Samambaia, acesse o sítio da CODEPLAN:
<http://www.codeplan.df.gov.br/images/CODEPLAN/PDF/Pesquisas%20Socioeconômicas/PDAD/2013/PDADSamambaia2013.pdf>



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

almozarife e apontador, agente ambiental, catador de materiais recicláveis e formação para membros da CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes). Os três primeiros cursos, para os quais houve demanda suficiente para a formação das turmas pioneiras, foram ofertados a partir de junho de 2010, em sedes provisórias que funcionaram no SEST-SENAT e no Centro de Ensino Fundamental 504. Essas sedes foram instaladas por meio de convênios com o Governo do Distrito Federal e o SEST-SENAT.

Antes disso, por demanda da Associação Brasileira de Mecânica dos Solos e Engenharia Geotécnica (ABMS) e com sua cooperação, foi ministrado o curso FIC de sondador de solos, que qualificou trabalhadores das empresas do ramo.

Além desses cursos de formação inicial e continuada anteriormente mencionados, no segundo semestre de 2010, o *campus* também iniciou a oferta de curso técnico, sendo que o primeiro a ser oferecido foi o Técnico em Reciclagem (técnico subsequente).

Atualmente, se ofertam em Samambaia cursos técnicos subsequentes e Ensino Médio Integrado que se inserem nas três áreas de vocação do *campus*: meio ambiente (Técnico em Controle Ambiental, Ensino Médio Integrado em Controle Ambiental), construção civil (Técnico em Edificações e PROEJA) e produção industrial (Técnico em Produção Moveleira e Ensino Médio Integrado em Design de Móveis), e o curso de Licenciatura em Educação profissional, que teve sua primeira turma iniciada no primeiro semestre de 2015.

O curso de Formação de Professores para a Educação Profissional – Licenciatura – foi apontado como necessário à complementação de formação dos professores dos Institutos Federais (IFs), em especial para aqueles que atuam no nível médio. Muitos desses profissionais realizam atividades nos IFs sem a devida formação na área pedagógica. Assim, a capacitação pedagógica de professores que atuam nos IFs é uma oportunidade de aperfeiçoar suas metodologias em sala de aula da educação básica. Esse aperfeiçoamento dos docentes poderá acarretar melhoria na promoção da aprendizagem, sendo ainda que a oferta de formação



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

pedagógica para os professores dos Institutos Federais vai, portanto, ao encontro do objetivo expresso pela Resolução CNE/CEB nº 2/97, Lei 11.892/2008, a qual, ao criar os Institutos, apresenta como um dos objetivos dessas instituições a oferta de cursos de formação docente.

O Curso de Licenciatura em Educação profissional teve seu início no primeiro semestre de 2015. Sua origem teve a proposta de formação, em nível de licenciatura, para os docentes bacharéis e tecnólogos. O curso de Licenciatura em Educação Profissional foi apontado como necessário à complementação de formação dos professores dos Institutos Federais (IFs), em especial para aqueles que atuam no ensino de nível médio. Muitos desses profissionais realizam atividades nos IFs sem a devida formação na área pedagógica. Reuniões envolvendo gestores e docentes do Instituto Federal de Brasília deram início ao processo de elaboração de um projeto de curso de Formação de Professores para a Educação Profissional que resultou na proposta de oferta do Curso de Licenciatura em Educação Profissional. O primeiro projeto pedagógico do curso, aprovado em 2014, foi elaborado cumprindo a Resolução CNE/CEB nº 02, de 26 de junho de 1997. Em 2015, com a Resolução CNE/CEB nº 02, de 01 de julho de 2015, o plano passa por uma revisão para se adequar às novas Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação pedagógica de graduados.

Entendendo-se a realidade supracitada, percebe-se o que está por traz do pressuposto de que o presente campus possui historicidade e *know-how* para ofertar um curso de especialização lato-sensus pautado na formação para a docência em educação profissional. Tem-se o entendimento de que a ampliação de novos espaços formativos, elevando a atuação para além da graduação, trará ao público da cidade de Samambaia, acesso à novas possibilidades formativas.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

3. PRINCÍPIOS FORMATIVOS

A realidade contemporânea, seus movimentos e conflitos exigem do professor de educação profissional uma formação capaz de atender as diversas e complexas demandas que emergem cotidianamente de um mundo em constante contradição. Compreender com embasamento teórico a materialidade dos fenômenos que o circunda é condição fundante para a construção de uma práxis capaz de, de fato, atender às reais necessidades que o processos formativos trazem. Diante disso, é essencial que o docente, detentor da ambição de possibilitar a construção de uma educação dita verdadeiramente crítica e emancipadora, busque o entendimento de como ocorrem as relações entre sociedade, escola, o mundo do trabalho e o ato de educar, ou seja, a ótica da influência desse todo educação, bem como de suas instituições e sujeitos, na construção do projeto social que se tem, sem deixar de reconhecer a relevância de sua identidade profissional enquanto educador nesse contexto, percebendo, entendendo e diferenciando a relação existente entre o uso que faz de suas ações e o uso que os outros fazem destas.

É necessário esclarecer como surge a necessidade de reorganização do e o reordenamento do trabalho docente a partir da constituição desse “tipo novo” de professor, que se constituiria nos cursos de formação inicial. A centralidade da formação nos discursos, propostas e práticas leva ao perigoso entendimento do trabalho pedagógico como resultado da formação inicial, portanto, a qualidade (ou não) da prática pedagógica corresponderia à qualidade (ou não) dessa formação. (LIMONTA 2013, p.44).

Por ser o educador um dos sustentáculos determinantes dentro do todo que constitui o desenvolvimento educacional do ser, incluindo-se nesse arcabouço, obviamente, a esfera do trabalho, defende-se que tal distanciamento não deveria



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

existir, entendido que, para isso, os paradigmas de formação e trabalho docente devem ser pensados e construídos frente às especificidades e demandas da realidade contemplada. Afirmar-se, nesse curso de Licenciatura em Educação Profissional, o professor como figura de papel fundamental para o alcance de uma formação profissionalizante verdadeiramente diferenciada e capaz de se constituir como crítica, emancipatória, libertadora em sua essência e ações, sendo, por consequência, imprescindível ao desenvolvimento integral dos indivíduos enquanto futuros formadores que também serão, assumindo-se e destacando-se como protagonistas dos processos educativos, reflexo do processo formativo pelo qual passaram.

Em outras palavras: o presente curso defende o educador como elemento imprescindível na formação escolar dos educandos, uma vez que conduz os processos que ocorrem dentro da sala de aula e fora dela, no almejo de possibilitar a estes um cenário educativo capaz de auxiliar em sua constituição enquanto cidadãos. Essa concepção é afinada com aquilo postulam os documentos oficiais, bem como reafirmada pela Constituição da República e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394/96), que, dentre outros tópicos, afirma:

Art. 13. Os docentes incumbir-se-ão de:

- I - participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- II - elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- III - **zelar pela aprendizagem dos alunos; [...](grifo nosso).**

Entende-se, por consequência, que a característica primordial do trabalho do professor é a mediação entre o educando, o conhecimento e a sociedade, através do zelo por sua aprendizagem e na busca por garantir que esta ocorra. Com isso, tem-se a exigência de um olhar aprofundado e crítico acerca da formação, qualificação e trabalho desse profissional. Deve-se pensar que esse



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

personagem singular aparece inserido em uma realidade onde suas idéias, pensamentos, atitudes e decisões refletem diretamente nos rumos para os quais caminham os processos formativos por ele conduzidos. Reafirma-se que ele não é o único, mas que o seu trabalho possui sim significância ímpar no alcance do objetivos propostos pelo modelo de educação e, por que não, de nação, como descrito na própria resolução CNE/CEB Nº 04/2010, citada anteriormente e que entende que os fazeres educativos:

(...) devem evidenciar o seu papel de indicador de opções políticas, sociais, culturais, educacionais, e a função da educação, na sua relação com um projeto de Nação, tendo como referência os objetivos constitucionais, fundamentando-se na cidadania e na dignidade da pessoa, o que pressupõe igualdade, liberdade, pluralidade, diversidade, respeito, justiça social, solidariedade e sustentabilidade.

Na contemporaneidade do debate pedagógico, ao se falar de formação de professores em nível de graduação e pós, é essencial a compreensão de que esta está voltada para um objetivo primordial de desenvolvimento e formação do indivíduo, em respeito ao que traz a legislação vigente, que afirma “garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida”, bem como “acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um” (BRASIL, Lei 9394/96). Busca-se possibilitar aos egressos do segundo nível da educação escolar brasileira, conhecimentos essenciais a um olhar crítico da realidade na qual vivem, bem como a sua emancipação intelectual, social e econômica, reconhecendo a importância de sua história, cultura e origens. Em outras palavras, tem-se a continuidade do movimento formativo humano compreendido nos processos naturais à educação formal como prática social:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

A educação, entendida como a apropriação do saber historicamente produzido é prática social que consiste na própria atualização cultural e histórica do homem. Este, na produção material de sua existência, na construção de sua história, produz conhecimentos, técnicas, valores, comportamentos, atitudes, tudo enfim que configura o saber historicamente produzido. Para que isso não se perca, para que a humanidade não tenha que reinventar tudo a cada nova geração, fato que a condenaria a permanecer na mais primitiva situação, é preciso que o saber esteja sendo permanentemente passado para as gerações subseqüentes. Essa mediação é realizada pela educação, do que decorre sua centralidade enquanto condição imprescindível da própria realização histórica do homem. (PARO 2008, p.07).

Nessa cena, é essencial pensar a atuação do professor – ou seja, o seu trabalho – como uma unidade que sofre interferência direta dos condicionantes de ordem social, cultural, política, histórica e econômica nas quais este trabalho se desenvolve; a natureza deste permeado por aqueles elementos e os resultados que ele gera. Percebe-se o quanto é necessário o reconhecimento de que o trabalho docente vem exigindo cada vez mais preparo e propriedade por parte daqueles que o exercem, sendo que, na esfera da educação profissional, as idiossincrasias que permeiam a cena levam à necessidade de se estabelecer um novo panorama de trabalho docente, resignificando modelos construídos e exercidos historicamente. Dando continuidade neste raciocínio, deve-se considerar ainda o distanciamento existente no universo educacional entre o que se pede, o que se espera ou o que se objetiva e o que resulta deste com o trabalho.

Em um movimento de respeito ao percurso histórico dos Institutos Federais no Brasil e com a ambição de possibilitar uma formação superior que seja capaz de construir conhecimentos de veras necessários ao projeto de educação profissional que se tem hoje no país, exige-se minimamente a capacidade de possibilitar o desenvolvimento de análise das políticas públicas que se vinculam ao



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

tema, visualizando a evolução destas dentro do cenário brasileiro. O presente plano de curso objetiva vincular em profundidade os processos formativos construídos às relações que permeiam o trabalho no país, permitindo aos educandos o alcance da tomada de consciência acerca da realidade que o circunda, estabelecendo, para isso, um processo de análise emancipada dos fenômenos que o rodeiam, sob a luz das literaturas de referência na área, calcando os debates, estudos, pesquisas, trabalhos e discussões em uma perspectiva referenciada pela criticidade. Referencia-se o que se diz na busca por atender aos objetivos propostos na Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, a qual institucionaliza a criação dos Institutos Federais no Brasil, por meio da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, e que traz a presente fundamentação legal no que tange os objetivos dos IF's:

(...) II - ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica; [...]

VI - ministrar em nível de educação superior: [...] b) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional.

Diante disso, pensar tal contexto compreende a necessidade da busca pela construção de uma docência que possua o entendimento da realidade como um algo maior e que a leitura desta passe, não somente por buscar as peças isoladas que o constitui, mas sim por seu todo, bem como pelas relações as quais este todo está sujeito, em uma ação dialética. Isso quer dizer que o foco não existe isoladamente, mas sim em meio às relações que ele constitui. Tendo o olhar sob



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

essa perspectiva, é essencial pensar que formação esse profissional deve ter. Mais do que isso, é preciso uma reflexão profunda de quais saberes ele deve possuir, em que conhecimentos devem se pautar sua prática e suas ações.

Outra questão delicada é no diz respeito ao exercício do ato de estar a frente de uma sala de aula e como exercê-lo, respeitando a fina fronteira entre o todo que envolve o processo de construção do conhecimento.

Existe aqui uma compreensão de que a qualificação é fundamental para se ter o alcance do que se objetiva. Essa ideia, por sua vez, compreende uma relação que pode ser entendida como um processo social, heterogêneo e complexo, que põe o profissional em contato com elementos que permeiam o mundo do trabalho. Dessa maneira, a qualificação entendida aqui está diretamente relacionada com as demandas sociais que permeiam a atuação do docente, uma vez que se este não se qualifica buscando atender às necessidades reais de sua ação, este processo pode ser considerado ineficaz ou insuficiente.

Deve-se compreender, ainda, nesse cenário, que existem coisas que a formação e a qualificação por si só são incapazes de trazer ao profissional, como os sons, as nuances e os tempos que compõem a realidade da sala de aula, pois existe, sim, um “Q” de vivência que escapa do exercício categórico conceitual. Compreende-se que o ser é formado e qualificado no e pelo trabalho docente.

Entender tal questão exige a compreensão da natureza e da especificidade do fazer pedagógico. Levando-se esse contexto para dentro da escola, é possível ver que, conforme defende Maurice Tardif (2005), o trabalho é interativo e que o fato de lidar com o outro influencia diretamente a Ação docente. Nesse contexto e ainda fundamentado no pensamento de Karl Marx, a docência é vista como um ato coletivo, sob uma concepção que se pauta em uma relação onde o indivíduo age no coletivo e sobre as coletividades, ocorrendo o processo inverso também: as coletividades também agem sobre o ser.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

O quadro sociopolítico e cultural, que ora se apresenta, exige dos educadores e dos gestores institucionais novos referenciais de formação e de desempenho compatíveis com o contexto e oportunidades que se vislumbram. Não obstante a resistência à cultura do dinâmico e do interativo, novos paradigmas de gestão apontam para a necessidade de superação de modelos e performances vigentes, à vista de uma consciência política e profissional que vem tomando conta das organizações governamentais e não-governamentais, com destaque para as instituições educacionais. (PAZETO, 2000 p. 163).

O professor aparece nessa cena como um referencial em diversas nuances da vida escolar. Este simboliza um prumo no caminhar da educação para quem está dentro ou fora de seu processo. Trata-se, assim, de um profissional que obrigatoriamente deve ter uma visão macro da educação como um todo, pensando os movimentos e dinamismo de dentro e fora da sala de aula, relação professor e aluno, coordenação pedagógica, projetos e modelos de sociedade e nação, bem como as influências financeiras, econômicas políticas e culturais que atuam na realidade escolar.

Tal concepção exige do docente uma postura e identidade profissional capaz de atender e acompanhar a velocidade dos fatos e dos conhecimentos que eclodem ao seu redor. Não se trata de um ser onipotente, quase um canivete suíço, mas sim de um sujeito complexo. Ou seja, um profissional multifacetado e plural, sensível às alterações de natureza micro ou macro que permeiam a escola, aqueles que ali se fazem presentes e viventes.

Assim, o Curso de Especialização está organizado e se desenvolverá orientado pelos seguintes princípios:

1. Garantia do direito de todos e de cada um aprender como dimensão estruturante do direito à educação.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

2. Sólida formação teórica e interdisciplinar que contemple diferentes dimensões do fazer educativo.
3. Articulação teoria e prática no processo de formação a partir da reflexão da realidade institucional.
4. Valorização do ambiente escolar como espaço formativo, realidade em permanente processo de construção, e dos profissionais que nela atuam.
5. Visão articulada do trabalho da sala de aula com o ambiente escolar, o funcionamento da instituição e a relação desta com um projeto de sociedade.

4. PÚBLICO-ALVO

Docentes em exercício na profissão, ou que comprovem, até os procedimentos relacionados à matrícula, aprovação em concurso público ou processo seletivo simplificado, graduados em curso de nível superior nas diversas áreas do conhecimento, não licenciados e que possuam vínculo empregatício, preferencialmente, na rede pública de educação profissional e tecnológica.

5. JUSTIFICATIVA

Este documento constitui o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) do **Curso Especialização em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica na modalidade EaD** destina-se a professores graduados em nível superior, não licenciados, em exercício nas redes de ensino, atuantes na Educação Profissional e Tecnológica.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Portanto, a construção desta proposta é coletiva e reflete a diversidade regional, o pluralismo de ideias, saberes, experiências e conhecimentos que se combinam de forma interdisciplinar, ampliando o olhar sobre a formação docente, entendendo o lugar das instituições educacionais como co-responsáveis pela transformação da sociedade mediante as práticas sociais, comprometidas com os valores da sociedade democrática e de direito.

Para configurar a proposta, este documento apresenta as bases teórico-metodológicas da atualidade sobre a formação docente e se propõe a definir as diretrizes pedagógicas para a organização e o funcionamento da formação para os professores, atendendo aos princípios e diretrizes da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN (Lei nº 9.394/96), a nova Base Nacional Comum Curricular, a Resolução CNE/CEB nº 6/2012, as Metas previstas no Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024), além de pareceres e decretos que normatizam os cursos de formação pedagógica de docentes no sistema educacional brasileiro.

Segundo a Resolução CNE/CEB nº 6/2012, art. 40, § 2º,

Aos professores graduados, não licenciados, em efetivo exercício na profissão docente ou aprovados em concurso público, é assegurado o direito de participar ou ter reconhecidos seus saberes profissionais em processos destinados à formação pedagógica ou à certificação da experiência docente.

O § 3º, do mesmo artigo, diz que o prazo para o cumprimento da formação pedagógica desses profissionais deverá ser concluído em 2020.

Para atender aos dispositivos legais, as exigências sociais a partir de arranjos sociopolíticos, crescimento econômico e desenvolvimento das tecnologias, a proposta pedagógica deste PPC busca envolver a produção do conhecimento de forma contextualizada em complemento à política de expansão, interiorização e democratização da Rede Federal EPT, compreendendo a formação de



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

professores como decisiva para promover a qualidade social, produção de conhecimentos, valorização docente e desenvolvimento local, integrado e sustentável (MACHADO, 2011).

O percentual de docentes nas redes de ensino com formação em nível superior, em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam, está distante da meta de 100% de adequação em todo o país, conforme indicam os relatórios do INEP (2016) referentes ao monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação (2014-2020). A inadequação da formação docente contribui para as dificuldades de elevação da qualidade educacional, pois a atuação desses profissionais sem o domínio de metodologias e práticas pedagógicas tende a não promover aprendizagens e desenvolvimento dos estudantes, por meio do exercício social, de forma crítica, reflexiva, participativa e transformadora de sua realidade e do mundo do trabalho.

Atuar na educação exige do professor diferentes saberes. Na educação Profissional para o exercício da ação docente emerge a necessidade de saberes profissionais e pedagógicos que são mobilizados, construídos e reconstruídos durante o processo de ser educador e de atuar na educação. Segundo Tardif (2002) os saberes dos professores são um conjunto de saberes provenientes de fontes variadas (dos livros didáticos, dos programas escolares, dos conteúdos a serem ensinados, da experiência), os quais o autor apresenta em quatro categorias: saberes profissionais, disciplinares, curriculares e experienciais. Tardif (2002) faz uma distinção entre os saberes que são adquiridos na prática docente (saberes experienciais) daqueles saberes adquiridos nos cursos de formação (saberes profissionais).

Os saberes profissionais são aqueles saberes adquiridos na formação inicial ou continuada dos professores, saberes que são baseados nas ciências e na erudição, são transmitidos aos professores durante a formação. Os conhecimentos pedagógicos relacionados às técnicas e métodos também fazem parte dos saberes



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

profissionais. Na previsão de Tardif (2002, p. 109-111) "o saber experiencial se transforma num saber funcional, prático, interativo, sincrético e plural, heterogêneo, não-analítico, aberto, personalizado, existencial, pouco formalizado, temporal e social". Os saberes experienciais são os saberes que surgem da própria ação pedagógica dos professores. Esses saberes são formados por meio de situações específicas do cotidiano relacionadas a escola e estabelecidas com colegas de profissão e alunos, "esses saberes brotam da experiência e são por ela validados" (TARDIF, 2002, p.39). É neste prisma que se concebe esta formação de professores pois os saberes profissionais e os saberes experienciais são os fundamentos da prática pedagógica pensada de modo cíclico e interventivo justamente aquela que reconhece sua realidade, suas experiências, são refletidas, aprimoradas e validadas pela (re)ação.

Desta forma, este projeto compreende a formação profissional docente como atividade humana, assentada em valores éticos e políticos para a formação da cidadania e para aquisição dos saberes docentes essenciais à prática educativa. Desta forma, o currículo pensado para a formação docente é sistêmico, pautado em questões filosóficas, epistemológicas, didático-pedagógicas e técnicas e experienciais dentro de um contexto social concreto, que promova o espaço escolar como lugar privilegiado de desenvolvimento humano, a partir das trocas e compartilhamentos de informações e construções de conhecimentos, competências e habilidades que asseguram responder às exigências sociais contemporâneas.

O perfil do professor para atuar com Educação Profissional e Tecnológica requer um olhar sensível para compreender as mudanças sociais e como elas impactam na vida dos estudantes. É entender o mundo do trabalho, os valores que permeiam as relações, a integração das novas tecnologias, as relações do homem com o meio ambiente, buscando refletir sobre o seu papel nesse cenário. A formação para atuar na Educação Profissional e Tecnológica deve ressaltar a



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

importância da indissociabilidade entre a teoria e prática pedagógica, preparando o professor para que consiga contextualizar o conhecimento, mediados por tecnologias, por meio de situações-problemas, diálogos com diferentes campos de conhecimentos e inserção da prática educativa no contexto social, de forma que o estudante consiga perceber o sentido da formação que está recebendo (COSTA, 2013).

Desta forma, a formação do professor para a EPT, a partir de Machado (2011), deve promover diálogos com as políticas sociais e econômicas, com o mundo do trabalho, integrando teoria e a prática com saberes interdisciplinaridade, que valorize a diversidade e a inclusão. A formação deve privilegiar avanços didáticos e pedagógicos que refletem o trabalho, a ciência, a tecnologia e a cultura como princípios educativos, que sejam assentadas na ética, na gestão participativa, no trabalho coletivo e colaborativo e na sustentabilidade ambiental. Assim, a formação pode ajudar no fortalecimento da identidade profissional dos professores e valorização da carreira, construindo sentido de pertencimento ao grupo social, a partir da participação dos professores na produção de conhecimentos durante a própria formação e exercício da profissão.

Nessa direção, a matriz curricular construída neste PPC apresenta características voltadas à formação para o 3º milênio, com valorização das práticas pedagógicas, pesquisa-ação e metodologias ativas, de modo que o desenvolvimento das práticas educacionais, decorrentes da formação aqui proposta, evidencie necessidade de auto-avaliação e formação continuada, atitudes de transformação, domínio dos conhecimentos específicos que sejam articulados interdisciplinarmente com teoria e prática, fundamentados no tripé: ensino, pesquisa e extensão. Desta forma, os componentes curriculares foram pensados e organizados por Módulos, possibilitando itinerários formativos flexíveis e diversificados que dialogam com a realidade contextualizada dos professores.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

As metodologias ativas e pesquisa-ação são metodologias que buscam desenvolver o comprometimento e autonomia dos estudantes para a construção de aprendizagens significativas, uma vez que os envolvem para a realização das atividades propostas, instigando-os a pensarem sobre as coisas que estão fazendo. Há valorização da pesquisa, do coletivo como forma de dar voz e oportunidades de expressão aos envolvidos no ato educativo.

Segundo Moran (2015b), a sociedade vive um momento diferenciado na forma de ensinar e aprender. A sociedade do conhecimento é baseada em competências cognitivas, pessoais e sociais, que não se adquirem da forma convencional, pois demandam proatividade, colaboração, personalização e visão empreendedora. Para tanto, é necessário mudar o currículo, a participação dos professores, organização das atividades didáticas e reconfiguração da noção de tempo e espaço.

As metodologias ativas são estratégias alternativas para favorecer aprendizagens significativas na sociedade do conhecimento, pois têm o objetivo de formar pessoas reflexivas, com pensamento crítico, autônomas, com habilidades para resolver problemas e autogerenciar sua aprendizagem. São exemplos de metodologias ativas: avaliação de estudos de caso, discussões em grupos, aprendizagem baseada em projetos, aprendizagem baseada em problemas, simulação, aprendizagem baseada em jogos e construção de mapas conceituais. O uso das metodologias ativas, por meio dos exemplos acima, provoca motivação nos estudantes e aprendizagens significativas, porque fazem sentido, porque partem de uma realidade concreta para o estudante e, mais, os convocam para a ação, para a tomada de decisão consciente, com postura para assumir responsabilidades.

Segundo Relatório Analítico de Aprendizagem a Distância no Brasil (CENSO EAD.BR-2016), a tendência é inserir práticas de metodologias ativas nos cursos presenciais e a distância. Segundo os dados de 2016, divulgados em 2017,



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

em relação às atividades propostas em EaD, foi possível observar a importância das discussões que incentivam a colaboração e aprendizagem por pares, a proposta de soluções de problemas e a produção de materiais multimídia que colocam o aluno na posição de criador.

Nesse cenário, o papel do professor deve ser repensado: “O papel do professor é mais o de curador e de orientador. Curador, que escolhe o que é relevante em meio a tanta informação disponível e ajuda os alunos a encontrarem sentido no mosaico de materiais e atividades disponíveis. Curador também no sentido de cuidador: ele cuida de cada um, dá apoio, acolhe, estimula, valoriza, orienta e inspira” (MORAN, 2015a, p.42).

Assim, formar professores para a educação Profissional e Tecnológica legitima o valor dado à educação e profissionaliza o trabalho docente, considerando as respectivas experiências para somar ao desenvolvimento didático pedagógico e educacional em cenários de constantes mudanças.

6. FINALIDADES E OBJETIVOS DO CURSO

O Curso de Especialização em **Docência para a Educação Profissional e Tecnológica na modalidade EaD**, tem por finalidade contribuir com a formação e aperfeiçoamento de professores das Redes de Educação que atuam na Educação Profissional e Tecnológica, graduados, não licenciados, em exercício na profissão docente.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

7. OBJETIVOS

Formar e aperfeiçoar profissionais em nível de pós-graduação *lato sensu* para atuar na Educação Profissional e Tecnológica, nas esferas da docência: da intervenção didático-pedagógica, no desenvolvimento de projetos de extensão tecnológica, pesquisa aplicada e na gestão de processos educativos, com vistas à compreensão, ao planejamento e à implementação de novos processos pedagógicos.

Da mesma forma, o curso tem como objetivos específicos:

1. Oferecer formação pedagógica com foco na Educação Profissional e Tecnológica;
2. Aprimorar a formação docente no que se refere às metodologias do ensino e aprendizagem da Educação Profissional e Tecnológica;
3. Promover a análise crítica e a prática reflexiva docente na Educação Profissional;
4. Desenvolver conhecimentos, habilidades, atitudes e valores pertinentes às atividades da docência, da intervenção didático-pedagógica, da extensão tecnológica, da pesquisa e da gestão de processos educativos;
5. Apropriar e consolidar concepções didático-pedagógicas em metodologias ativas aplicadas à educação profissional e tecnológica;
6. Compreender o conceito de trabalho como princípio educativo e integrador de currículo, indissociando os conteúdos de formação geral e específicos da formação profissional;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

7. Reconhecer a indissociabilidade entre educação e prática social, considerando-se a historicidade dos conhecimentos e da diversidade dos sujeitos da aprendizagem;
8. Aplicar princípios, métodos e ferramentas que possibilitem o desenvolvimento de estratégias de planejamento, intervenção, mediação pedagógica e avaliação;
9. Adotar a pesquisa como instrumento e atitude fundamental para discussão crítica, produção do conhecimento e tomada de decisão, permitindo ao professor na coletividade apontar as contradições/conflitos e conceber estratégias de intervenção pedagógica e regulação da aprendizagem;
10. Conceber atividades teóricas e práticas significativas, que reflitam a atuação profissional e que permitam o desenvolvimento das competências e habilidades para a integração e construção colaborativa e a elaboração e aplicação do conhecimento;
11. Engendrar a integração entre a teoria e a vivência da prática profissional para a produção do conhecimento, a regulação da aprendizagem e a intervenção social, assumindo a pesquisa como princípio pedagógico;
12. Articular a teoria e a prática no processo de formação docente, fundada no domínio dos conhecimentos científicos e didáticos, contemplando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
13. Potencializar o uso das tecnologias como ferramenta de mediação pedagógica que promovam a interatividade reflexiva, a aprendizagem colaborativa, o protagonismo para a construção do conhecimento, de forma contextualizada e ativa, valorizando o pensamento crítico articulado com os fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos para o aprimoramento da prática educativa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

8. REQUISITOS E FORMA DE ACESSO

8.1. Requisito

O ingresso dar-se-á no primeiro Módulo do curso, direcionado para os candidatos portadores de diploma de graduação em bacharelado ou em curso superior de tecnologia, em instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC).

8.2. Forma de acesso

O acesso ao curso ocorrerá por meio de sorteio eletrônico, de acordo com os pré-requisitos supracitados e descritos em edital prévio, adequado às necessidades e os procedimentos institucionais.

9. CRITÉRIOS DE DISTRIBUIÇÃO DAS VAGAS E DE CLASSIFICAÇÃO

9.1. Critérios de distribuição de vagas

As vagas serão distribuídas entre os seguintes segmentos:

- 55% para candidatos que possuam vínculo empregatício com a rede federal;
- 30% para candidatos que possuam vínculo empregatício com a rede estadual;
- 10% para candidatos que possuam vínculo empregatício com a rede municipal;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

- 5% para candidatos que possuam vínculo empregatício com a rede privada.

Caso o quantitativo de candidatos aprovados em um segmento não preencha o número de vagas disponibilizadas para esta parcela, as vagas remanescentes serão incorporadas a outro segmento, até se atingir o preenchimento completo das turmas.

Por interesse da instituição e, depois de esgotadas as possibilidades concernentes ao público-alvo, as vagas remanescentes poderão ser preenchidas por candidatos oriundos de demanda social que atendam aos requisitos.

Com vistas ao atendimento da legislação vigente, em cada segmento, serão reservadas vagas a pessoas com deficiência (PcD).

9.2. Critérios de Classificação

Para fins de classificação dos candidatos, os seguintes critérios deverão ser integrados ao processo seletivo e a seus respectivos editais, por ordem de prioridade e por atribuição de pontuação:

1. Exerçam função docente em instituição de ensino de educação profissional e tecnológica;
2. Aprovados em concurso público ou processo seletivo simplificado e em atividade na função de magistério, que comprovem tal situação quando do período de realização dos procedimentos relacionados à matrícula;
3. Aprovados em concurso público ou processo seletivo simplificado para atuar em função docente sem magistério.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

A classificação será feita pela ordem decrescente dos resultados da seleção, sem ultrapassar o limite de vagas fixado e excluídos os candidatos desclassificados por não atendimento aos requisitos de acesso.

10. PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO

a) Perfil Profissional

O perfil profissional do egresso do Curso Especialização em Docência para Educação Profissional e Tecnológica contempla o domínio dos saberes docentes que incluem conhecimentos teóricos e práticos no campo da educação e dos conhecimentos que irão mediar sua atividade nas instituições no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica. Um profissional capaz de criar e produzir propostas educativas, pautadas em metodologias ativas de aprendizagem, em diferentes realidades, trabalhando coletivamente para a elaboração, gestão e mediação que se pautem na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

b) Competências Profissionais

- Compreender a realidade em que se insere o processo educativo e desenvolver formas de intervenção a partir do conhecimento dos aspectos filosóficos, sociais, antropológicos, históricos, econômicos, políticos e culturais que a configuram e a condicionam.
- Fortalecer o desenvolvimento e as aprendizagens no universo da educação profissional e tecnológica;
- Atuar em diferentes níveis de ensino, com foco na Educação Profissional e Tecnológica, instituindo espaços participativos na relação



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

ensino e aprendizagem pautada pelo respeito mútuo, assim como pelo respeito à trajetória e aos saberes dos estudantes;

- Compreender, selecionar, desenvolver e aplicar estratégias e metodologias inovadoras, ativas e tecnológicas de ensino e de aprendizagem;
- Empregar práticas de pesquisa de intervenção e extensão voltadas à Educação Profissional, buscando a integração entre as instituições educacionais, as comunidades locais e o setor produtivo em interface com o contexto tecnológico, o mundo do trabalho e o desenvolvimento e transformação social;
- Relacionar as linguagens dos meios de comunicação à educação, nos processos didático-pedagógicos, demonstrando domínio das tecnologias de informação e comunicação adequadas ao desenvolvimento de aprendizagens significativas;
- Demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, faixas geracionais, classes sociais, religiões, necessidades especiais, escolhas sexuais, entre outras;
- Identificar problemas socioculturais e educacionais com postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas, através da pesquisa de intervenção, com vistas a contribuir para superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas e outras;
- Identificar problemas socioculturais e educacionais propondo respostas criativas às questões da qualidade do ensino e medidas que visem superar a exclusão social, numa perspectiva da pesquisa de intervenção;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

- Reconhecer e respeitar as manifestações e necessidades físicas, cognitivas, emocionais, afetivas dos educandos nas suas relações individuais e coletivas;
- Desenvolver trabalho de forma colaborativa, estabelecendo diálogo entre a área técnico/tecnológica, educacional e as demais áreas do conhecimento;
- Organizar o trabalho pedagógico, planejando-o e avaliando-o numa visão integrada com os demais membros envolvidos no processo educativo;
- Realizar atividades de planejamento didático-pedagógico pautado em valores como: solidariedade, cooperação, responsabilidade e compromisso;
- Construir estratégias avaliativas para o processo de ensino e aprendizagem;
- Articular ensino e pesquisa na produção do conhecimento e da prática pedagógica;
- Utilizar, com propriedade, instrumentos próprios para construção de conhecimentos pedagógicos e científicos;
- Desenvolver ações que se pautem na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;

11. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

O curso tem carga mínima de 405 (quatrocentos e cinco) horas, contendo componentes curriculares e atividades de aprendizagem com efetiva interação no processo educacional, conforme descrito abaixo.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

11.1. Proposta Pedagógica

A concepção do curso baseia-se nas diferentes dimensões da atuação docente na educação profissional, considerando o trabalho como princípio educativo e como práxis dessa formação continuada. O curso de pós-graduação Lato Sensu em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica se configura como uma proposta de formação dialética, que possibilita diversas relações entre teoria e prática durante todo seu percurso formativo.

Compreendendo a necessidade de desenvolver conhecimentos, habilidades, atitudes e valores pertinentes à docência, optamos por ter como linha orientadora a proposição da pesquisa de intervenção voltada a especificidade da educação profissional. Sua complexidade está na íntima relação entre ação-reflexão-ação, perpassando os saberes docentes e culminando na efetivação de projetos de intervenção pedagógica para aplicação no contexto educacional em que o cursista está inserido, a saber: a escola, projetos de extensão, a sala de aula, biblioteca da escola, entre outros.

A metodologia propiciada pelo curso deverá fomentar a reflexão da prática pedagógica dos docentes envolvidos, discutir e sistematizar essas experiências estabelecendo diálogos permanentes entre o espaço de sua atuação profissional e os conhecimentos (re)significados a partir dos componente curriculares desse curso.

Iniciando com os princípios educativos, perpassando pelo currículo integrado e imergindo na prática pedagógica contextualizada, o curso aqui proposto foi construído em forma de espiral, em que todas as partes se articulam com um mesmo fim. Há uma teia de relações entre os componentes curriculares e os eixos de ensino aos quais estão integrados, em torno dos objetos de estudo que forjam as competências necessárias à docência na educação profissional.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

O esforço dessa proposta está na aproximação entre teoria e prática, pensada e articulada ao trabalho do docente em efetivo exercício, para que possa superar a fragmentação dos conhecimentos curriculares e não curriculares, em sua prática pedagógica. A proposta visa desenvolver conhecimentos, habilidades, atitudes e valores pertinentes às atividades da docência, da intervenção didático-pedagógica, da extensão tecnológica, da pesquisa-ação e da gestão de processos educativos; segundo uma abordagem que favoreça a ação-reflexão-ação, tomando como base percurso formativo a articulação entre ensino, pesquisa, extensão.

A pesquisa e a ação são concepções fundamentais do curso. A prática será trabalhada em associação com a teoria, de modo que muitas atividades são previstas para as disciplinas, incluindo planejamentos de ensino, criação, formatação e reformulação de instrumentos pedagógicos dentre outros; e realização do exercício docente baseado na reflexão-ação-reflexão e articulando ensino e pesquisa na produção do conhecimento e da prática pedagógica.

O projeto se orienta para a construção de instrumentos pedagógicos e experimentação prática de questões relativas aos eixos de conteúdos, no sentido de trabalharem conflitos, relações interativas, transversalidades, interações e intervenções pedagógicas. Os planos de ensino dos professores evidenciarão as atividades práticas a se realizarem por disciplina.

A proposta para o Projeto Integrador prevê um momento de reflexão da prática e da realidade educativa com a elaboração de uma proposta de intervenção e melhoria da prática docente em EPCT prevê a integração de todas as outras disciplinas por meio da elaboração e execução de projetos que contemplem as áreas do conhecimento abordadas no curso e uma abordagem ativa, bem como a prática de ensino e a apresentação dos resultados. É importante frisar que o Projeto Integrador abrange o tripé de sustentação institucional da atuação docente no Ensino Básico, Técnico e Tecnológico que se constitui do Ensino, Pesquisa e Extensão.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Nesse sentido, há uma teia de relações entre os componentes curriculares e os eixos, que possibilitará aos participantes a integração do seu projeto individual de intervenção didática às discussões coletivas nas salas virtuais, trabalhando ora com colaboração, ora com cooperação pedagógica dos pares de estudo. De acordo com Thiollent (2011, p.75) “na pesquisa-ação, uma capacidade de aprendizagem é associada ao processo de investigação”. Por isso, o fio condutor do curso permitirá que o cursista conheça as bases epistemológicas, as categorias teóricas e fundamentos, ao mesmo tempo que promove ações no locus educacional mais apropriado a sua formação pedagógica. Ainda, segundo Thiollent (2011, p.75-76):

As pesquisas em educação, comunicação e organização acompanham as ações de educar, comunicar e organizar. Os ‘atores’ sempre têm de gerar, utilizar informações e também orientar a ação, tomar decisões, etc. Isto faz parte tanto da atividade planejada quanto da atividade cotidiana e não pode deixar de ser diretamente observado na pesquisa-ação. As ações investigadas envolvem produção e circulação de informação, elucidação e tomada de decisões, e outros aspectos supondo uma capacidade de aprendizagem dos participantes. Estes já possuem essa capacidade adquirida na atividade normal. Nas condições peculiares da pesquisa-ação, essa capacidade é aproveitada e enriquecida em função das exigências da ação em torno da qual se desenrola a investigação.

Com isso, os cursistas serão envolvidos em um processo formativo dialético e a pesquisa-ação os conduzirá à reflexão-ação-reflexão constantes no intuito de investigar, planejar, tomar decisões, intervir e analisar novamente sua própria ação de forma autoavaliativa, efetivando uma práxis pedagógica.

Os componentes curriculares ainda apresentam flexibilidade e elos de comunicação nos planos horizontal e vertical, facilitando os diálogos entre os diferentes campos do saber.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

11.2. Duração e Carga Horária:

O curso tem a duração de 405 horas, divididas em 3 Eixos e 4 Módulos, conforme descrito a seguir. A carga horária de cada módulo atenderá às especificidades do curso para a certificação intermediária. Para facilitar a gerência no âmbito do Sistema de Gestão de Bolsas (SGB-FNDE), os componentes curriculares foram pensados por múltiplos de 15h.

Essa carga horária será desenvolvida entre o período de 12 a 16 meses, com início previsto para o segundo semestre de 2019. Das 405 horas totais, 26 delas serão realizadas presencialmente nos polos locais.

11.3. Estrutura Curricular

A proposta é desenvolver o curso em 3 Eixos, sendo o primeiro com o objetivo de apresentar os processos envolvidos na Educação Profissional, marcado dentro de um cenário social, com fundamentos e organização próprias. Esse primeiro Módulo dará condições para os estudantes pensarem nas metodologias na Educação Profissional considerando os contextos diversos e ricos da escola. O terceiro Módulo é transversal às discussões dos Módulos anteriores com a finalidade de possibilitar ao estudante intervir em sua prática docente de modo reflexivo e consciente. A seguir, apresentamos a estrutura e os componentes curriculares contemplados, que demandam carga horária presencial e a distância. Os encontros presenciais podem ser mediados por tecnologias, em formato síncrono.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

	EIXOS TEMÁTICOS	MÓDULOS	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA TEÓRICA-PRÁTICA	Distância	Presencial
EIXO III INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA	EIXO I PROCESSOS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	I Educação e Sociedade na EPT	EDUCAÇÃO, TRABALHO E SOCIEDADE	30h	28h	2h
			HISTÓRIA, POLÍTICA E LEGISLAÇÃO DA EPT	30h	28h	2h
			SABERES E IDENTIDADE DOCENTE NA EPT	30h	28h	2h
		II Fundamentos e organização do processo de ensino e aprendizagem	TEORIAS DA APRENDIZAGEM	30h	28h	2h
			GESTÃO DE PROCESSOS DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS	30h	28h	2h
			DIDÁTICA E CURRÍCULO NA EPT	30h	28h	2h
	Carga Horária do EIXO I			180h	168h	12h
	EIXO II METODOLOGIAS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	III Metodologias no processo de ensino e aprendizagem	METODOLOGIA DE PESQUISA E PROJETO INTEGRADOR - CONSTRUÇÃO TCC 1	30h	22h	8h
			METODOLOGIAS DE ENSINO E AVALIAÇÃO EM EPT	45h	43h	2h
			FUNDAMENTOS E METODOLOGIAS EDUCACIONAIS MEDIADAS POR TECNOLOGIAS	30h	28h	2h
		IV Contexto e diversidade na educação EPT	EDUCAÇÃO, PESQUISA, EXTENSÃO E INOVAÇÃO NA CONTEMPORANEIDADE	30h	28h	2h
			PLURALIDADE E DIVERSIDADE NO CONTEXTO EDUCACIONAL	30h	28h	2h
			EDUCAÇÃO INCLUSIVA	30h	28h	2h
	Carga horária do EIXO II			165h	155h	10h
	EIXO III INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA	EIXO III INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA	METODOLOGIA DE PESQUISA E PROJETO INTEGRADOR - CONSTRUÇÃO TCC 2	30h	22h	8h
CARGA HORÁRIA GERAL - 405h						



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

11.4. Codificação dos componentes curriculares

COMPONENTE CURRICULAR	CÓDIGO DAS OFERTAS	CARGA HORÁRIA	Distância	Presencial
EDUCAÇÃO, TRABALHO E SOCIEDADE	E1-M1-D1-ETS	30h	28h	2h
HISTÓRIA, POLÍTICA E LEGISLAÇÃO DA EPT	E1-M1-D2-HPL	30h	28h	2h
SABERES E IDENTIDADE DOCENTE NA EPT	E1-M1-D3-SID	30h	28h	2h
TEORIAS DA APRENDIZAGEM	E1-M2-D4-TAP	30h	28h	2h
GESTÃO DE PROCESSOS DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS	E1-M2-D5-GPD	30h	28h	2h
DIDÁTICA E CURRÍCULO NA EPT	E1-M2-D6-DCE	30h	28h	2h
	Carga Horária do EIXO I	180h	168h	12h
METODOLOGIA DE PESQUISA E PROJETO INTEGRADOR - CONSTRUÇÃO TCC 1	E3-TCC1	30h	22h	8h
METODOLOGIAS DE ENSINO E AVALIAÇÃO EM EPT	E2-M3-D7-MEA	45h	43h	2h
FUNDAMENTOS E METODOLOGIAS EDUCACIONAIS MEDIADAS POR TECNOLOGIAS	E2-M3-D8-FME	30h	28h	2h
EDUCAÇÃO, PESQUISA, EXTENSÃO E INOVAÇÃO NA CONTEMPORANEIDADE	E2-M3-D9-EPI	30h	28h	2h
PLURALIDADE E DIVERSIDADE NO CONTEXTO EDUCACIONAL	E2-M4-D10-PDC	30h	28h	2h
EDUCAÇÃO INCLUSIVA	E2-M4-D11-EIN	30h	28h	2h
	Carga horária do EIXO II	165h	155h	10h
METODOLOGIA DE PESQUISA E PROJETO INTEGRADOR - CONSTRUÇÃO TCC 2	E3-TCC2	30h	22h	8h
CARGA HORÁRIA GERAL - 405h				



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

11.5. Fluxo operacional dos componentes curriculares

Módulos	M1		M2		M3		M4		
Eixos	Eixo 3								
Componentes Curriculares	E1-M1-D1-ETS 30h	E3-TCC1 15h	E1-M2-D4-TAP 30h	E3-TCC1 15h	E2-M3-D7-MEA 45h	E3-TCC2 15h	E2-M4-D10-PDC 30h	E3-TCC2 15h	
Componentes Curriculares	E1-M1-D2-HPL 30h	E1-M1-D3-SID 30h	E1-M2-D5-GPD 30h	E1-M2-D6-DCE 30h	E2-M3-D8-FME 30h	E2-M3-D9-EPI 30h	E2-M4-D11-EIN 30h		
Eixos	Eixo 1				Eixo 2				
Semanas	5	10	15	20	25	30	35	40	
Carga Horária	60h	45h	60h	45h	75h	45h	60h	15h	
Total CH	210h				195h				
Total Curso	405h								



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

12. DISCIPLINAS, EMENTAS E BIBLIOGRAFIAS

A seguir serão apresentadas as ementas e as bibliografias básicas e complementares propostas para as disciplinas que compõem o curso.

DISCIPLINA: EDUCAÇÃO, TRABALHO E SOCIEDADE	
Vigência: a partir de 2019	Período letivo: Módulo 1
Carga horária total: 30h	
Ementa: Educação, Trabalho e Democracia: as concepções de Estado, direitos sociais, sociedade política e sociedade civil; Trabalho e Formação Humana: a concepção de trabalho, relações sociais de produção e formas históricas de trabalho humano, formação humana sob a lógica do capital, trabalho como categoria central e seu sentido no campo do princípio educativo. O Trabalho no Contexto Contemporâneo e o papel da educação na sociedade brasileira.	
Bibliografia Básica ALVES, Giovanni. O novo (e precário) mundo do trabalho . Reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo, 2005. FRIGOTTO, Gaudêncio. A produtividade da escola improdutiva . Um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista. 9ª edição. São Paulo: Cortez, 2010. SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos . Revista Brasileira de Educação – v. 12 – n°. 34, jan./abr. 2007.	
Bibliografia Complementar CARDOSO, Adalberto. A construção da sociedade do trabalho no Brasil: Uma investigação sobre a persistência secular das desigualdades . Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010. ROSSO, Sadi Dal. Mais Trabalho! A intensificação do labor na sociedade contemporânea. São Paulo: Boitempo, 2008. SAVIANI, Dermeval. Escola e democracia . Campinas: Autores Associados, 2008b. TUMOLO, Paulo Sérgio. Significado do trabalho no capitalismo e o trabalho como princípio educativo: ensaio de análise crítica . Revista Espaço Acadêmico – Ano III, n°24, maio de 2003.	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

DISCIPLINA: HISTÓRIA, POLÍTICA E LEGISLAÇÃO DA EPT	
Vigência: a partir de 2019	Período letivo: Módulo 1
Carga horária total: 30h	
Ementa: Historiografia da Educação Profissional e Tecnológica: processos de sua institucionalização no Brasil, regimento legal e mudanças; Estado, Educação Profissional e Tecnológica: relação política, aparelhos ideológicos do Estado; concepções de políticas educacionais; controle social em educação; Organização da Educação Profissional e Tecnológica na Contemporaneidade.	
Bibliografia Básica FREITAG, Bárbara. Escola, Estado e Sociedade . 6. ed. São Paulo: Moraes, 1986. MANFREDI, Sílvia Maria. Educação profissional no Brasil . São Paulo: Cortez, 2002. MOLL, J. <i>et al.</i> Educação Profissional e Tecnológica no Brasil Contemporâneo, desafios, tensões e possibilidades . Porto Alegre: Artmed, 2010.	
Bibliografia Complementar ABRUCCIO, Fernando L.; FRANZESE, Cibele. Federalismo e Políticas Públicas: uma relação de reciprocidade no tempo . 33º Encontro Anual da Anpocs, Grupo de Trabalho 32: Políticas Públicas, Caxambu, 2009. CAIRES, Vanessa; OLIVEIRA, Maria Auxiliadora. Educação Profissional Brasileira – Da colônia ao PNE 2014-2024 . Petrópolis: Vozes, 2016. CIAVATTA, Maria; TREIN, Eunice. O percurso teórico e empírico do GT trabalho e educação . Uma análise para debate. Revista Brasileira de Educação, Set /Out /Nov /Dez , nº 24, 2003, pp. 140-164. CONCEIÇÃO, Marcelo Rodrigues. Historiografia do Ensino Profissional paulista: as marcas do modo de produção . Doutorado em Educação: História, Política, Sociedade. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2010. SADER, Emir e GENTILI, Pablo (orgs.). Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

DISCIPLINA: SABERES E IDENTIDADES NA DOCÊNCIA NA EPT	
Vigência: a partir de 2019	Período letivo: Módulo 1
Carga horária total: 30h	
Ementa: A Educação, o papel docente e a relação com os saberes necessários à prática pedagógica dos professores da EPT numa perspectiva contemporânea. A importância da formação continuada no exercício da docência.	
Bibliografia Básica BRZEZINSKI, Iria. Profissão Professor: Identidade e profissionalização docente. Brasília: Plano Editora, 2002. PIMENTA, S. G. Formação de Professores: identidade e saberes da docência. In: PIMENTA, S. G. (Org.) Saberes pedagógicos e atividade docente. São Paulo (SP): Cortez, 2005. SCHON, D. Educando o profissional reflexivo: um novo design para o ensino e a aprendizagem. Artmed: Porto Alegre, 2000.	
Bibliografia Complementar CHARLOT, Bernard. A relação com o saber. Elementos para uma teoria. Tradução Bruno Magne. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000. FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. 53 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016. GOMES, Heloisa Maria; MARINS, Hiloko Oqihara. A ação docente na educação profissional. São Paulo: Ed. Senac São Paulo, 2010. IMBERNÓN, F. Formação continuada de professores. Porto Alegre: Artmed, 2004. TARDIF, M. Saberes docentes e formação profissional. 16 ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 2014.	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

DISCIPLINA: TEORIAS DA APRENDIZAGEM	
Vigência: a partir de 2019	Período letivo: Módulo 2
Carga horária total: 30h	
Ementa: Ciências do desenvolvimento e da aprendizagem: contribuições para a intervenção no universo escolar/educacional. Análise do processo de ensino e aprendizagem de jovens e adultos. Compreensão do contexto educativo em sua complexidade, destacando seus “atores”, a relação docente-discente, dinâmicas e peculiaridades.	
Bibliografia Básica DESSEN, Maria Auxiliadora; COSTA JUNIOR, Áderson Luiz. A Ciência do Desenvolvimento Humano: Tendências Atuais e Perspectivas Futuras . Porto Alegre: Artmed, 2008. FÁVERO, O.; MOTTA, E. (Orgs.). Educação popular e educação de jovens e adultos . 1. ed. Petrópolis: De Petrus et Alli; Rio de Janeiro: FAPERJ, 2015. FREIRE, P. Pedagogia da Autonomia . São Paulo, Paz e Terra, 1996.	
Bibliografia Complementar LIBÂNEO, J. C. (1997) Pedagogia e Modernidade: presente e futuro da escola. In P. Ghiraldelli Jr. Infância, Escola e Modernidade . Paraná: Editora da UFPR. MOSQUERA, J. J. M.; STOBÄUS, C. D. O professor, personalidade saudável e relações interpessoais: por uma educação para a afetividade. ENRICONE, D. (org.). Ser professor . Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008. PALACIOS, J. Introdução à psicologia evolutiva: história, conceitos básicos e metodologia. In: COLL, C.; PALACIOS, J.; MARCHESI, A. (Orgs.) Desenvolvimento psicológico e educação: psicologia evolutiva . Porto Alegre: Artes Médicas, 1995. PINTO, A. V. Sete lições sobre educação de adultos . São Paulo: Cortez, 2007 ZABALA, Antoni. ARNAU, Laia. Como Aprender e Ensinar Competências . Porto Alegre: Artmed, 2015.	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

DISCIPLINA: GESTÃO DE PROCESSOS DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS	
Vigência: a partir de 2019	Período letivo: Módulo 2
Carga horária total: 30h	
Ementa: Concepção de gestão participativa, aprendizagem organizacional e trabalho colaborativo: do planejamento estratégico à sala de aula. Fluxos e processos de trabalho. Dimensões pedagógicas, política administrativa da gestão educacional; Interfaces entre planejamento institucional e educacional: PDI/PPI, PPC: A missão organizacional e o projeto político pedagógico considerando as especificidades da EPT; Instâncias participativas e democratização: NDE, Colegiados, CPA e Conselhos: Fundamentos e ferramentas de gestão.	
Bibliografia Básica LÜCK, Heloísa. Concepções e processos democráticos de Gestão Educacional . 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. TAVARES, Wolmer Ricardo. Gestão Pedagógica - Gerindo Escolas para a Cidadania Crítica . São Paulo: Wak, 2017. SANTOS, Suzana. (org) Gestão Pedagógica . São Paulo: Pearson Educational do Brasil, 2017;	
Bibliografia Complementar FRIGOTTO, Gaudêncio (Org). Educação profissional e tecnológica: memórias, contradições e desafios . Campos dos Goytacazes-RJ : Essentia Editora, 2006. LUCK, Heloisa. Gestão Educacional - Uma Gestão Paradigmática - Vol. 1 - Série Cadernos de Gestão. Rio de Janeiro: Vozes, 2016. MONTEIRO, Eduardo; MOTTA, Artur. Gestão Escolar - Perspectivas, Desafios e Função Social . Rio de Janeiro: LTC, 2013. SÁ, Giedre Terezinha R. A gestão educacional na contemporaneidade e a construção de uma escola emancipatória à luz da teoria de Antonio Gramsci . Campinas, SP: Mercado de Letras, 2011. SANT'ANNA, Geraldo José. Planejamento, Gestão e Legislação Escolar - Série Eixos. São Paulo: Editora Érica, 2014.	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

DISCIPLINA: DIDÁTICA E CURRÍCULO NA EPT	
Vigência: a partir de 2019	Período letivo: Módulo 2
Carga horária total: 30h	
Ementa: Concepções, teorias e tendências pedagógicas: teorias pedagógicas, processos formativos e suas implicações nas práticas educativas, na formação de professores e na gestão organizacional de processos educativos na educação profissional e tecnológica. Tendências do ensino e da aprendizagem na EPT e transposição didática. Função social do ensino, organização da prática educativa e intervenção pedagógica: fins políticos e educativos da prática pedagógica. Elementos da atividade docente: ensino, pesquisa extensão. Relação entre os componentes do processo didático: planejamento, objetivos, conteúdos, métodos, recursos, avaliação. Metodologias ativas e a construção de competências, habilidades e atitudes. Concepção, integração curricular, BNCC e itinerários formativos: Concepções e histórico de Currículo, o currículo como mediador do conhecimento. Elementos estruturantes de um currículo integrado. A organização do currículo por projetos.	
Bibliografia Básica ARROYO, Miguel G. Currículo, Território em Disputa . Rio de Janeiro: Vozes, 2013. LIBÂNEO, José Carlos. Didática . 2 ed. São Paulo: Cortez, 2013. TARDIF, Maurice. O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas . Petrópolis: Vozes. 2005.	
Bibliografia Complementar CANDAU, Vera Maria. Didática Crítica Intercultural - Aproximações . Rio de Janeiro: Vozes, 2015. FRIGOTTO, G. Ensino Médio Integrado: concepção e contradições . São Paulo: Cortez, 2005. MORAES, Francisco de; KULLER, José Antonio. Currículos Integrados no Ensino Médio e na Educação Profissional . São Paulo: Senac, 2016. SAVIANI, Demerval. História das ideias pedagógicas no Brasil . 3ed. Campinas: Autores Associados, 2011. ZABALA, Antoni. A prática educativa: como ensinar . Porto Alegre: Artmed, 2015.	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

DISCIPLINA: METODOLOGIA DE PESQUISA E PROJETO INTEGRADOR - CONSTRUÇÃO TCC 1	
Vigência: a partir de 2019	Período letivo: Eixo 3
Carga horária total: 30h	
Ementa: Concepções e metodologias de pesquisa de intervenção contextualizado a situações-problemas educacionais. Trabalho e construção colaborativa a partir de princípios interdisciplinares de organização pedagógica. Tecnologia e inovação e a relação entre educação, pesquisa, extensão e inovação. Métodos da pesquisa do tipo intervenção: método da intervenção e método da avaliação da intervenção. Conceitos gerais, diferentes modelos de projetos. Definição da problemática, justificativas, objetivos e hipótese, bases teóricas fundamentais, metodologia, discussão dos projetos de investigação, produção e instrumentos de coleta de dados, elaboração de materiais que serão utilizados no desenvolvimento do projeto, cronograma e resultados esperados.	
Bibliografia Básica BAUER, Martin W. GASKELL, George. Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som: um manual prático . Petrópolis: Vozes, 2002, 516p. BOGDAN, Roberto C., BIKLEN, Sari Knopp. Investigação Qualitativa em Educação: uma introdução à teoria e aos métodos . Porto: Porto Editora, 1994, 335p. THIOLLENT, Michel. Metodologia da Pesquisa-ação . 17ª. ed. São Paulo: Cortez, 2009, 132p.	
Bibliografia Complementar ANDRÉ, Marli (Org.). O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores . 11 ed. Campinas: Papyrus, 2010. BECKER, Fernando. A Epistemologia do Professor: o cotidiano da escola . Petrópolis: Vozes, 1993, 344p. DAMIANI, Magda Floriana et al. Discutindo pesquisas do tipo intervenção pedagógica. Cadernos de educação , nº. 45, p. 57-67, Pelotas: UFPel, 2013. DINIZ-PEREIRA, Júlio Emílio; ZEICHNER, Kenneth M. (Orgs.). A pesquisa na formação e no trabalho docente . Belo Horizonte: Autêntica, 2011. GIL, Antonio Carlos. Como Elaborar Projetos de Pesquisa . 5ª. Ed. São Paulo: Atlas, 2010, 184p.	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

DISCIPLINA: METODOLOGIAS DE ENSINO E AVALIAÇÃO EM EPT	
Vigência: a partir de 2019	Período letivo: Módulo 3
Carga horária total: 45h	
Ementa: Concepções de metodologias de ensino: Educação para o trabalho e a cidadania. O sujeito do processo educativo e a interculturalidade. Heterogenia. Estratégias de ensino e mediadores pedagógicos na EPT: a construção de competências, habilidades e atitudes. Projetos Interdisciplinares e Transdisciplinares. Princípios interdisciplinares de organização pedagógica. Metodologia de projetos. Pesquisa e Análise reflexiva da prática docente e projeto de intervenção pedagógica. Articuladores e técnicas para transposição didática. Concepções, princípios e instrumentos da avaliação da aprendizagem. Intervenção pedagógica e regulação da aprendizagem.	
Bibliografia Básica CANDAU, Vera Maria. Rumo a uma Nova Didática . 20ª Ed. Rio de Janeiro: VOZES, 2010. HOFFMANN, Jussara. Avaliação Mediadora - 33ª Ed. Porto Alegre: Mediação, 2014. THIOLLENT, M. Metodologia da pesquisa-ação . São Paulo: Cortez, 2000.	
Bibliografia Complementar HERNÁNDEZ, Fernando e VENTURA, Montserrat. A organização do currículo por projetos de trabalho – o conhecimento é um caleidoscópio . Porto Alegre: Artmed. 1996. MORIN, Edgar. A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento . 8.ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. PERRENOUD, P. Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens . Porto Alegre: Artmed, 1999 TARDIF, M. Saberes docentes e formação profissional . 11 Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

DISCIPLINA: FUNDAMENTOS E METODOLOGIAS EDUCACIONAIS MEDIADAS POR TECNOLOGIAS	
Vigência: a partir de 2019	Período letivo: Módulo 3
Carga horária total: 30h	
Ementa: Metodologias Ativas: conceituação e estratégias. Letramentos Digitais: classificações e focos de trabalho. Ensino Híbrido. Comunidades de Aprendizagem (Redes Sociais na Educação). Avaliação e uso de tecnologias educacionais. Nativos e Imigrantes Digitais. Redes Sociais na Educação. Educomunicação, educação aberta e redes de aprendizagem. Curadoria digital de conteúdo: procurar, refletir, compartilhar. Tendências de abordagens inovadoras em educação, exemplos de uso: Gamificação, Hackathon, Blended Education, Flipped classroom, TBL, PBL, MOOC, SPOOC, dentre outros. Tecnologias disruptivas em educação.	
Bibliografia Básica DUDENEY, G.; HOCKLY, N.; PEGRUM, M. Letramentos digitais . São Paulo: Parábola editorial, v. 20116, 2016. BACICH, Lilian; MORAN, José. Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática . Penso Editora, 2017. HORN, Michael B.; STAKER, Heather; CHRISTENSEN, Clayton. Blended: usando a inovação disruptiva para aprimorar a educação . Penso Editora, 2015.	
Bibliografia Complementar BUENO, J. L. P; PACÍFICO, J. M; PRETTO, N. L. Tecnologias na educação: políticas, práticas e formação docente . Florianópolis: Pandion, 2015. BACICH, Lilian; NETO, Adolfo Tanzi; DE MELLO TREVISANI, Fernando. Ensino híbrido: personalização e tecnologia na educação . Penso Editora, 2015. KENSKI, Vani Moreira. Educação e Tecnologias: o novo ritmo da informação . Campinas: Papyrus, 2012. LÉVY, Pierre. Cibercultura . São Paulo: Editora 34, 1999. MATTAR, João. Metodologias Ativas: para a educação presencial, blended e a distância . São Paulo: Artesanato Educacional, 2017.	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

DISCIPLINA: EDUCAÇÃO, PESQUISA, EXTENSÃO E INOVAÇÃO NA CONTEMPORANEIDADE	
Vigência: a partir de 2019	Período letivo: Módulo 3
Carga horária total: 30h	
Ementa: Produção teórica interdisciplinar; características da inovação na contemporaneidade e seus impactos na cultura e rotina escolar. Conceitos de tecnologia e inovação. Tipologia da Inovação. Evolução conceitual e teórica da relação entre educação, pesquisa, extensão e inovação. Inter relações entre sustentabilidade, cidadania, inovação e colaboração. Novos papéis dos educandos e dos educadores em ambientes de criatividade e inovação.	
Bibliografia básica: BARROS, D. M. V. et al. Educação e tecnologias: reflexão, inovação e práticas . E-book. Lisboa: [s.n.], 2011. Disponível em < http://livroeducacaoetecnologias.blogspot.com.br/ > . BROWN, T. Design Thinking: uma metodologia poderosa para decretar o fim das velhas idéias . Ed. Elsevier. Rio de Janeiro: 2010. SANTANA , B.; ROSSINI , C.; PRETTO , N. De Lucca (Org.). Recursos Educacionais Abertos: práticas colaborativas políticas públicas . Salvador: EDUFBA; São Paulo: Casa da Cultura Digital. 2012. Disponível em < http://www.livrorea.net.br/livro/livroREA-1edicao-mai2012.pdf >.	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Bibliografia complementar:

BARANAUSKAS, M. C. C.; MARTINS, M. C.; VALENTE, J. A. **Codesign de redes digitais: tecnologias e educação a serviço da inclusão social**. Porto Alegre: Penso, 2013.

BARRABÁSI, A.L. Linked. **A nova ciência dos networks**. Tradução de Jonas Pereira dos Santos. São Paulo: Leopardo Editora, 2009.

DIAS, Ana Maria Iori. Discutindo Caminhos Para a Indissociabilidade Entre Ensino, Pesquisa e Extensão. **Revista Brasileira de Docência, Ensino e Pesquisa em Educação Física**, vol. 1, n. 1, p.37-52, Agosto/2009. Disponível em: <<http://www.facec.edu.br/seer/index.php/docenciaepesquisaeducacaofisica/article/viewFile/82/139>>. Acesso em: 27 junho 2018.

TRAJBER, Rachel; SATO, Michèle. Escolas sustentáveis: incubadoras de transformações nas comunidades. **Rev. Eletrônica Mestr. Educ. Ambient**, Rio Grande, v. especial, p. 70-78, set. 2010. Disponível em: <<https://periodicos.furg.br/remea/article/view/3396/2054>>. Acesso 27 junho 2018. set. 2010.

VICO MAÑAS, A. **Gestão de Tecnologia e Inovação**. São Paulo: Érica, 2005.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

DISCIPLINA: PLURALIDADE E DIVERSIDADE NO CONTEXTO EDUCACIONAL	
Vigência: a partir de 2019	Período letivo: Módulo 4
Carga horária total: 30 h	
Ementa: Multiculturalismo, pluriculturalidade e conservadorismo (redes sociais, comunidades, intolerância, bullying e assédio). Relações étnico-raciais (questão histórica, legislação, racismo, conflitos indígena e movimentos identitários). Gênero (sexualidade e não binaridade, afetividade e orientação sexual, homofobia, transfobia e violência contra mulher)	
Bibliografia Básica DAMATTA, R. "Digressão: a fábula das três raças, ou o problema do racismo à brasileira". In: _____. Relativizando, uma introdução à antropologia social , Rio de Janeiro, Rocco, p. 58-87, 1990. GIDDENS, Anthony. Sociologia . 6 ed. Porto Alegre: Penso, 2012. NATIVIDADE, Marcelo. As novas guerras sexuais: diferença, poder religioso e identidades LGBT no Brasil . Rio de Janeiro: Garamond, 2013.	
Bibliografia Complementar ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary G. Relações Raciais na Escola: Reprodução de Desigualdades em Nome da Igualdade . Brasília: UNESCO, INEP, Observatório de Violência nas Escolas, 2006. Disponível em: http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001459/145993por.pdf FRIGOTTO, Gaudêncio (org.) Escola "sem" partido - esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira . Rio de Janeiro: EdUERJ, 2017. HERNANDEZ, Leila Leite. A África em sala de aula: visita a História contemporânea . São Paulo: Selo Negro, 2005. LEITE, Vanessa. Sexualidade adolescente como direito? A visão de formuladores de políticas públicas . Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013. SILVA, Ana Beatriz Barbosa. Bullying: mentes perigosas nas escolas . Rio de Janeiro: Fontamar, 2010.	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

DISCIPLINA: EDUCAÇÃO INCLUSIVA	
Vigência: a partir de 2019	Período letivo: Módulo 4
Carga horária total: 30h	
Ementa: Inclusão social (campo, escolas de fábrica, minorias, imigrantes e refugiados, educação em privação de liberdade, indígena). Educação especial (legislação, trajetória histórica, condutas típicas, transtornos, dificuldades de aprendizagem, deficiências e altas habilidades; Práticas e Recursos de Inclusão e Tecnologias Assistivas.	
Bibliografia Básica GUEBERT, Mirian Célia Castellain. Inclusão: uma realidade em discussão. [livro eletrônico]. Curitiba: InterSaber. 2012. LOURENÇO, Érika. Conceitos e práticas para refletir sobre educação inclusiva. Belo Horizonte. Autêntica Editora; Ouro Preto, MG: UFOP, 2010. STOBAUS, Claus Dieter; MOSQUERA, Juan José Mouriño. Educação e Inclusão: perspectivas desafiadoras. [livro eletrônico]. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2013.	
Bibliografia Complementar AGUIAR, João Serapião. Educação Inclusiva: jogos para o ensino de conceitos. [livro eletrônico]. Campinas, SP: Papyrus, 2015. BRASIL. Ministério da Educação. A Consolidação da Inclusão Escolar no Brasil 2003 a 2016. Brasília, MEC/SECADI, 2016. BRASIL. Subsecretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Comitê de Ajudas Técnicas. Tecnologia Assistiva. Brasília: CORDE, 2009. SONZA, Andréa P. [et.al] (Org.). Acessibilidade e Tecnologia Assistiva: Pensando a Inclusão Sociodigital das Pessoas com Necessidades Especiais. Porto Alegre: CORAG, 2013. TESSARO, Nilza Sanches. Inclusão Escolar: concepções de professores e alunos da educação regular e especial. São Paulo: Casa de Psicólogo, 2011.	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

DISCIPLINA: METODOLOGIA DE PESQUISA E PROJETO INTEGRADOR - CONSTRUÇÃO TCC 2	
Vigência: a partir de 2019	Período letivo: Eixo 3
Carga horária total: 30 h	
Ementa: Execução do projeto de observação e intervenção definido em TCC1 como eixo integrador de todos os componentes, fortalecendo a integração teoria/prática. Aplicação de uma proposta de intervenção utilizando-se da metodologia de projetos e dos princípios interdisciplinares de organização pedagógica. Análise e tratamento dos dados. Elaboração do Relatório Científico de pesquisa do tipo intervenção: método da intervenção e método da avaliação da intervenção. Socialização dos resultados.	
Bibliografia Básica DAMIANI, Magda Floriana et al. Discutindo pesquisas do tipo intervenção pedagógica. Cadernos de educação , nº 45, p. 57-67, Pelotas: UFPel, 2013. GRABAUSKA, Claiton José; de BASTOS, Fábio da Purificação. Investigação-ação educacional: possibilidade crítica e emancipatórias na prática educativa. In: MION, R.A. Investigação-ação: mudando o trabalho de formar professores . Ponta Grossa: Gráfica Planeta, 2001. p. 9-20. FREITAS, Maria Teresa de Assunção. A pesquisa em educação: questões e desafios . Vertentes, n.29, p.28-37, jan./jun., 2007.	
Bibliografia Complementar DEMO, Pedro. Educar Pela Pesquisa . 8 ed. Campinas: Autores Associados, 2007. FREITAS, Maria Teresa de Assunção; RAMOS, Bruna Sola (orgs.). Fazer Pesquisas na Abordagem Histórico-Cultural: metodologias em construção . Juiz de Fora: Editora UFJF, 2010, 196p. MARTINS, Jorge Santos. O trabalho com projetos de pesquisa: do ensino fundamental ao ensino médio . 5 ed. Campinas, SP: Papyrus, 2007. ZEICHNER, Kenneth M.; DINIZ-PEREIRA, Júlio E. Pesquisa dos educadores e formação docente voltada para a transformação social. Cadernos de Pesquisa , v. 35, n. 125, p.63-80, maio/ago. 2005. LÜDKE, Menga. "O professor, seu saber e sua pesquisa". In: Revista Educação & Sociedade , ano XXII, nº 74, abril/ 2001. Disponível em:< http://www.scielo.br/pdf/es/v22n74/a06v2274.pdf > Acesso em junho de 2018.	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

13. Prática Profissional

A formação continuada em curso de pós-graduação lato sensu - especialização, conforme Resolução CNE/CP nº 02/2015, deve se dar pela oferta de atividades formativas que “agreguem novos saberes e práticas” (Art. 17), “tendo como principal finalidade a reflexão sobre a prática educacional” (Art. 16).

A prática educacional tem como referência a realidade do espaço de atuação profissional do aluno, no qual vivenciará a base teórico-metodológica oferecida pelo curso, em suas múltiplas dimensões, constituindo-se assim, nas atividades de Prática Profissional.

As atividades de Prática Profissional serão desenvolvidas no decorrer de disciplinas e pelo Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), configurando-se como um espaço de ressignificação da identidade do educador, possibilitando a transformação da sua prática e a reelaboração contínua da ação pedagógica na Educação Profissional e Tecnológica.

14. Acompanhamento e Avaliação do Currículo

A Educação a Distância demanda metodologias próprias, materiais didáticos, boa estrutura de plataforma e acompanhamento de tutores/professores e suporte técnico. No que diz respeito aos materiais didáticos, neste projeto, eles serão desenvolvidos pela própria rede que construiu e planejou o PPC, numa perspectiva de compartilhamento e apoio mútuo.

O curso prevê Ambiente Virtual de Aprendizagem personalizado para atender, acolher e ser referência das interações que visam o desenvolvimento das atividades. Sobre a familiarização do estudante ao ambiente, está previsto um período de ambientação, cujo objetivo é promover acolhimento e uso adequado da plataforma e navegação funcional. Os estudantes contarão com suporte técnico



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

para ajudar na navegação na plataforma e resolver problemas técnicos que possam ocorrer ao longo do curso.

A partir da perspectiva filosófica adotada para a EaD neste curso, sabe-se que o processo de ensino e aprendizagem é mais significativo quando o acompanhamento pedagógico é próximo, favorável às trocas e negociações intersubjetivas de conhecimentos entre discentes e docentes. Nesse sentido, a participação e intervenção dos tutores e professores serão fundamentais para a qualidade do ensino e aprendizagem.

14.1. Avaliação da Aprendizagem

Avaliar é um ato humano. Todavia, assume caráter científico quando concebida e empregada de forma sistemática, apoiando-se em conhecimentos de natureza didáticos e pedagógicos, como parte de um processo dialógico que constitui o processo de ensino e aprendizagem. A avaliação contempla três dimensões em uma proposta integradora: avaliação diagnóstica, avaliação formativa e avaliação somativa.

A **avaliação diagnóstica** visa identificar as competências do aluno para contribuir com o processo de aprendizagem e avanços no seu desenvolvimento e crescimento da autonomia. A **avaliação formativa** perpassa todas os componentes curriculares, atividades, módulos e eixos com o fim de construir competências dentro da perspectiva de uma prática que requer a reflexão como reguladora da ação. Ela tem a função de fornecer um feedback informativo à medida que o aluno evolui, ou apresenta dificuldades de aprendizagem. Com interferências contínuas e transformadoras, é possível apresentar superação dos resultados, ajudando na prevenção ao fracasso escolar. A **avaliação somativa** tem por objetivo avaliar em que grau os objetivos lançados no curso foram atingidos. Ela ainda fornece feedback ao aluno à medida que indica o nível de aprendizagem



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

alcançado e aos docentes à medida que compara os resultados obtidos entre diferentes alunos, métodos e materiais de ensino.

A avaliação assume sentido formativo quando se propõe a desenvolver uma educação transformadora. Segundo Luckesi (2011), isso ocorre quando: se tem um posicionamento pedagógico claro e explícito; quando promover uma tomada de consciência de todos os atores escolares sobre os novos rumos da prática educacional; e quando resgata o sentido da avaliação como julgamento de valor sobre a realidade para a tomada de decisão. Nas palavras de Wiebusch (2012), “a educação para todos e para cada um só faz sentido quando se traduz em aprendizagem de todos e quando ajuda a torná-los pessoas melhores, mais humanas, que possam fazer a diferença nesta sociedade” (WIEBUSCH, 2012, p.2).

A avaliação na modalidade a distância demanda organização e processos próprios que promovam o desenvolvimento das competências e habilidades, que valorizem os estudantes como protagonistas, que favoreçam a aprendizagem baseada no compartilhamento a partir de intensas trocas de conhecimentos mediadas por tecnologias.

As atividades avaliativas previstas no curso serão desenvolvidas interdisciplinarmente. Para tanto, recursos como portfólio e fóruns de discussão serão amplamente usados, de modo a registrar as práticas dos cursistas no contexto escolar (in loco) e trocas de experiências que ajudam no enfrentamento das questões próprias da escola no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica.

Como explicado anteriormente, o curso está organizado em 3 eixos interdependentes que se desdobram em 4 Módulos convergentes, transversalizado por uma atividade avaliativa integradora. Esta atividade compreende um projeto de intervenção, onde o professor se apropria de sua realidade, realiza um diagnóstico e propõe e uma intervenção à luz dos fundamentos trazidos no curso. O projeto é



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

dividido em etapas, tendo início no primeiro Módulo e culmina na exposição dialogada dos resultados.

Cada componente deverá contar com pelo menos uma avaliação individual, a exemplo de fórum ou questionário, com o fim de avaliar os conteúdos. Ao término de cada Módulo haverá uma atividade convergente (integradora), realizada pelos professores responsáveis pela condução dos componentes curriculares de cada Módulo.

Considerando que Projeto Integrador (Eixo 3) é uma atividade transversal, com a finalidade de compor a avaliação final como Trabalho de Conclusão de curso, no formato de relatório científico, recomenda-se que um mesmo professor faça a orientação dos cursistas ao longo do curso.

Atividades	Descrição
Projeto Integrador (dividido em etapas)	Etapa 1 – elaboração do projeto Etapa 2 – intervenção e apresentação dos resultados
Avaliações individuais (disponíveis no ambiente virtual de aprendizagem)	Sob autonomia do professor. Exemplo: fóruns, questionários, tarefas etc.
Avaliação convergente (realizada em grupos no polo presencial)	Aplicada ao término do Módulo, contemplando os conteúdos do bloco dos componentes curriculares, planejada em um instrumento (ex: estudo de caso, situação problema...)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

A avaliação será resultante do construto oriundo dos instrumentos supracitados, cabendo ao educador, bem como também aos educandos, utilizá-los como ferramenta de análise e entendimento do processo ensino-aprendizagem, tendo a compreensão de cada construção possibilitada pelo componentes curricular em questão.

O controle da frequência será mediante a entrega das atividades previstas no curso e no Plano de Ensino de cada componente curricular.

14.2. Avaliação Curricular

Está prevista avaliação institucional, onde os alunos devem participar para avaliar a qualidade do curso nos seus aspectos: os objetivos do curso e da proposta pedagógica, a organização didática, a estrutura da plataforma e do polo e equipe de acompanhamento como coordenadores, professores, tutores. Será utilizado um instrumento construído pela equipe gestora e equipe pedagógica com vistas a analisar os resultados alcançados a partir dos aspectos acima, além do colegiado que fará a avaliação final e análise dos resultados alcançados.

15. PROJETO INTEGRADOR: TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

A proposta metodológica desta Especialização é considerar as intervenções docentes a partir de pesquisas. Parte-se da premissa que nenhuma formação docente significativa é alheia ao exercício da criticidade. Nesse sentido, o Projeto Integrador resulta de uma intervenção pedagógica aplicada, ou seja, que



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

tem por finalidade contribuir para a solução de problemas práticos no contexto educacional.

O cursista, portanto, deverá ser incentivado a teorizar e praticar a pesquisa, buscando renová-la continuamente. O instrumento para consolidar as construções durante o percurso da Especialização chama-se Projeto Integrador. Diz da intervenção relativo à prática docente como Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), orientado e desenvolvido nas disciplinas de “Metodologia de Pesquisa e Projeto Integrador: construção do TCC 1 e 2”, componentes curriculares do Eixo 3 da matriz curricular. O Projeto Integrador é atividade avaliativa individual, mediado pelo professor orientador, é transversal e compreende 2 etapas.

Ambas as etapas envolvem o planejamento e a implementação de ações destinadas a produzir avanços e melhorias nos processos educacionais, bem como a avaliação dessas ações.

- Etapa 1: consiste na elaboração do Projeto, partindo do conhecimento da realidade e dos seus saberes experienciais aliado às bases profissionais construídas durante o curso. Nesse momento, o cursista buscará descrever os procedimentos realizados, produzindo explicações fundamentadas nos dados e em teorias pertinentes.
- Etapa 2: consiste na avaliação da proposta e na apresentação do resultado da aplicação do Projeto Integrador. Essa etapa poderá ocorrer presencialmente ou mediados por tecnologias em formato síncrono.

O Projeto Integrador deverá ser secundado nas normas técnicas de elaboração científica, elaborados de tal forma que permitam ao leitor reconhecer



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

suas características investigativas e o rigor necessário para que não sejam confundidas com relatos de experiências pedagógicas (DAMIANI et al, 2013).

Espera-se que esta Especialização em Docência em EPT, enquanto formação continuada para educadores, coloque-se como solo fértil para o cultivo das relações, do convívio e da troca de experiências, ao ponto de os cursistas exercitarem seu papel muito além da técnica, com perspectiva de desenvolver identidades à luz de teorias que resultam em aprendizagens cognitivas, pedagógicas, didáticas e práticas profissionais como uma ação intelectual e autônoma.

16. CORPO DOCENTE

Sendo uma exigência da CAPES, informamos que os profissionais serão selecionados por Edital, cujos critérios privilegiarão aqueles docentes com titulação de mestrado e doutorado. Os critérios do Edital serão minimamente os seguintes:

- Doutorado em Educação, cursos na área de Ciências Humanas ou na área da disciplina pretendida;
- Mestrado em Educação, cursos na área de Ciências Humanas ou na área da disciplina pretendida;
- Especialização lato sensu em Educação, cursos na área de Ciências Humanas ou na área da disciplina pretendida;
- Exercício de docência presencial na área da disciplina;
- Exercício de docência em EaD;
- Experiência na execução de projetos de pesquisa ou orientação de TCC.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Quanto aos valores da bolsa pagas aos profissionais, segue a determinação da Portaria CAPES nº 183 de 21/10/2016 (e posteriores alterações):

Professor Formador I: valor de R\$ 1.300,00 (mil e trezentos reais) concedido para atuação em atividades típicas de ensino, participantes de projetos de pesquisa e de desenvolvimento de metodologias de ensino na área de formação inicial e continuada de professores de educação básica no âmbito do Sistema UAB, sendo exigida experiência de 03 (três) anos no magistério superior;

Professor Formador II: valor de R\$ 1.100,00 (mil e trezentos reais) concedido para atuação em atividades típicas de ensino, de desenvolvimento de projetos e de pesquisa, relacionadas aos cursos e programas implantados no âmbito do Sistema UAB, exigida formação mínima em nível superior e experiência de 1 (um) ano no magistério superior”.

A quantidade de docentes versus número de alunos dependerá da oferta e dos parâmetros nacionais informados pela CAPES, sendo esses números passíveis de ajustes quanto à necessidade verificada nos polos.

17. ENCONTROS PRESENCIAIS

Os encontros presenciais envolvem os discentes, atores pedagógicos e administrativos do curso. Existe a previsão de dois encontros presenciais, sendo um para a realização da aula inaugural e o outro para a defesa de TCC. Ambos os encontros podem utilizar ferramentas síncronas de comunicação.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

18. PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DO MATERIAL DIDÁTICO

A produção do conteúdo básico será realizada por autores especialistas, contratados por Edital. A metodologia de seleção de professores autores e/ou formadores segue o regramento da Diretoria de Educação a Distância do IFB (DeaD). A proposta é que cada Instituto parceiro produza determinados componentes curriculares e compartilhem a produção com os demais, em um regime de produção colaborativa e em rede.

A comunicação com os alunos será realizada por meio dos tutores via AVA, bem como por e-mail. Nos encontros presenciais, o tutor estará à disposição do estudante para sanar dúvidas.

19. CERTIFICAÇÃO

O curso prevê três certificações, sendo duas intermediárias e uma certificação final equivalente ao título de especialista em Docência em Educação Profissional e Tecnológica, conforme quadro abaixo.

Eixos	Módulos	Certificações	CH
Eixo I	Módulos I e II	Aperfeiçoamento em "Processos da Educação Profissional"	180h
Eixo II + Eixo III (TCC 1)	Módulos III e IV + TCC1	Aperfeiçoamento em "Metodologias na Educação Profissional"	195h

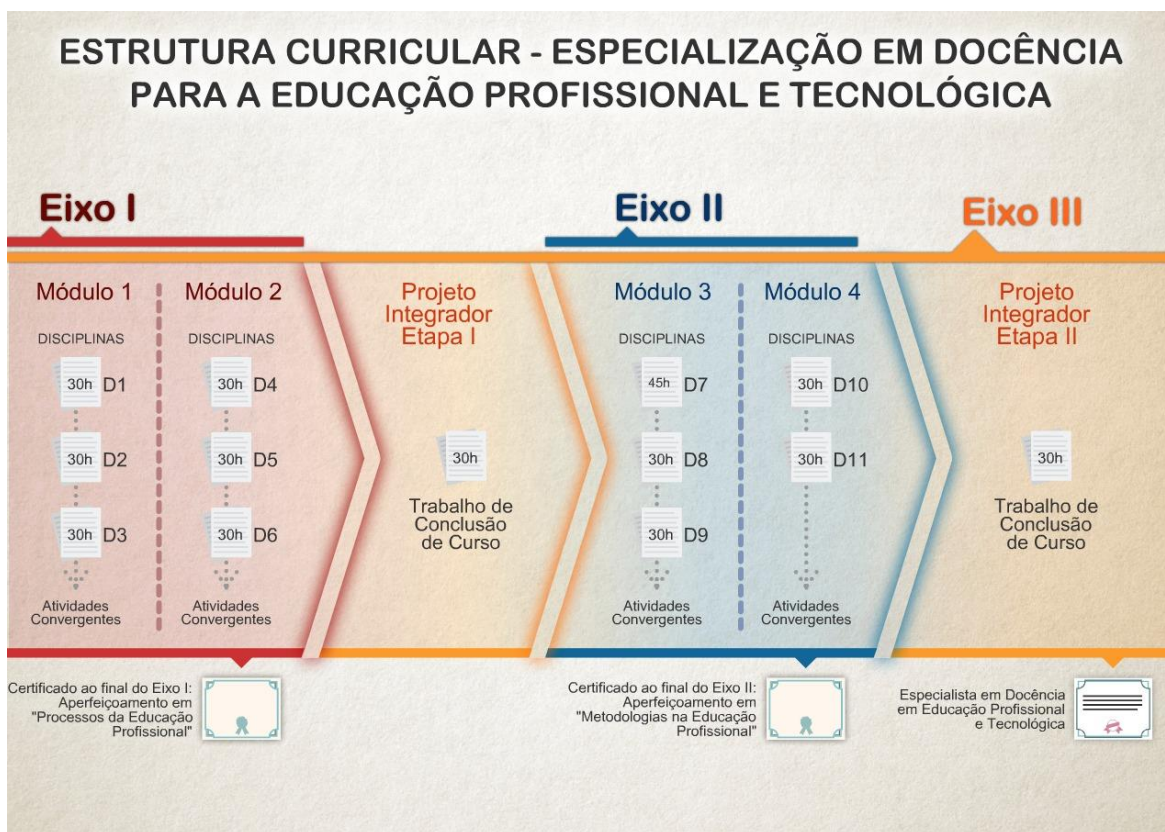


MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Eixos I, II e III	Módulos I, II, III e IV	Especialista em Docência em Educação Profissional e Tecnológica	405h
-------------------	-------------------------	---	------

Apresentamos a seguir uma figura para facilitar a visualização da proposta do curso com as consequentes certificações.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

20. REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em 10 de maio de 2018.

BRASIL. **Políticas Públicas para a Educação Profissional e Tecnológica.** Disponível. 2004. em<http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/p_publicas.pdf> Acesso em 20 de abril de 2018.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº 6, de 20 de setembro de 2012.** Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11663-rceb006-12-pdf&category_slug=setembro-2012-pdf&Itemid=30192> Acesso em 10 de maio de 2018.

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 02, de 1º de julho de 2015.** Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/agosto-2017-pdf/70431-res-cne-cp-002-03072015-pdf/file>> Acesso em 10 de maio de 2018.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação (PNE):** Planejando a Próxima Década. Conhecendo as 20 Metas do Plano Nacional de Educação. Disponível em <http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf>. Acesso em 10 de maio de 2018.

CENSO EAD.BR: **relatório analítico da aprendizagem a distância no Brasil 2016.** ABED – Associação Brasileira de Educação a Distância. Curitiba: InterSaberes, 2017.

COSTA, B. S. **Influência da Formação Pedagógica na Prática do Docente de EPT.** Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília, 2013.

DAMIANI, Magda Floriana et al. **Discutindo pesquisas do tipo intervenção**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

pedagógica. Cadernos de educação, n. 45, p. 57-67, Pelotas: UFPel, 2013.

LUCKESI, C. L. **Avaliação da aprendizagem:** componente do ato pedagógico. São Paulo: Cortez Editora, 2011.

MACHADO, L. R. o desafio da formação dos professores para a EPT e Proeja. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 32, n. 116, p. 689-704, jul.-set. 2011. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>

MORAN, J. Educação Híbrida. Um conceito chave para a educação, hoje. In: Bacich Lilian. **Ensino Híbrido: Personalização e tecnologia na educação.** Porto Alegre: Penso, 2015a, p.27-53.

MORAN, J. M. **Mudando a educação com metodologias ativas.** 2015b. Disponível em: <http://www2.eca.usp.br/moran/wp-content/uploads/2013/12/mudando_moran.pdf>

WIEBUSCH, E. M. Avaliação em larga escala: uma possibilidade para a melhoria da aprendizagem. IX ANPEDSUL – **Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul.** UCS/Caxias do Sul – 2012 (p. 1- 13).

TARDIF, Maurice. **Saberes Docentes e Formação Profissional.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2002 .

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da Pesquisa-Ação.** São Paulo: Cortez, 2011.